



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS SOBRESTADOS POR LEADING CASE (Art. 543-B do Código de Processo Civil)

Período de referência: Outubro/Novembro/Dezembro de 2014

Nº Tema STF	Processo	Questão Jurídica	Recursos Sobrestados TJSE	Trânsito Julgado
5	RE-561836	Compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subsequente.	9	NÃO
6	RE-566471	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	5	
18	RE-564132	Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios.	66	NÃO
19	RE-565089	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	3	
25	RE-565714	Vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo.	1	NÃO
31	RE-565048	Exigência de garantia real ou fidejussória para impressão de documentos fiscais de contribuintes inadimplentes.	1	NÃO
33	RE-592377	Relevância e urgência da medida provisória nº 2.170-36/2001 que disciplina a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.	243	
45	RE-573872	Expedição de precatório antes do trânsito em julgado do título judicial exequendo.	2	
96	RE-579431	Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.	2	
123	ARE-652492	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	9	
129	RE-591054	Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.	1	
155	RE-601234	Progressividade do IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000.	4	
163	RE-593068	Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.	1	
176	RE-593824	Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	37	
191	RE-596478	Recolhimento de FGTS na contratação de servidor público sem a prévia aprovação em concurso público.	5	NÃO
201	RE-593849	Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária.	4	
210	RE-636331	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	3	
220	RE-592581	Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos.	1	
226	RE-602347	Cobrança do IPTU pela alíquota mínima nos casos de declaração da inconstitucionalidade da sua progressividade.	103	
257	RE-606358	Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional nº 41/2003.	3	
259	RE-595676	Tributação da importação de pequenos componentes eletrônicos que acompanham material didático de curso de montagem de computadores.	1	
264	RE-626307	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	34	
265	RE-591797	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	91	



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS SOBRESTADOS POR LEADING CASE (Art. 543-B do Código de Processo Civil)

Período de referência: Outubro/Novembro/Dezembro de 2014

Nº Tema STF	Processo	Questão Jurídica	Recursos Sobrestados TJSE	Trânsito Julgado
285	RE-632212	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II.	4	
308	RE-705140	Efeitos trabalhistas decorrentes de contratação pela Administração Pública de empregado não submetido à prévia aprovação em concurso público.	55	NÃO
315	RE-592317	Aumento de vencimentos e extensão de vantagens e gratificações pelo Poder Judiciário e pela Administração Pública.	3	NÃO
346	RE-601967	Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS.	1	
358	RE-601146	Competência dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal para decidir sobre questão previdenciária, no bojo de processo autônomo de perda de posto e patente de militar.	1	
376	RE-635739	Cláusulas de barreira ou afunilamento em concurso público	1	NÃO
379	RE-605552	Imposto a incidir em operações mistas realizadas por farmácias de manipulação.	4	
381	RE-630852	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	8	
382	RE-603917	Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal.	1	
386	RE-611874	Realização de etapas de concurso público em datas e locais diferentes dos previstos em edital por motivos de crença religiosa do candidato.	1	
396	RE-603580	Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas falecido durante sua vigência.	3	
400	AI-837409	Legitimidade ativa para cobrar IPTU referente à área de município em que se controverte acerca da observância do artigo 18, § 4º, da Constituição Federal no processo de desmembramento.	524	
452	RE-639138	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	2	
456	RE-598677	Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.	3	
476	RE-608482	Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado.	2	NÃO
480	RE-609381	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre proventos percebidos em desacordo com o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.	1	
485	RE-632853	Controle jurisdicional do ato administrativo que avalia questões em concurso público.	1	
523	RE-666156	Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000	31	
526	RE-669465	Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.	1	
531	RE-693456	Desconto nos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve.	2	
533	ARE-660861	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	1	
542	ARE-674103	Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.	3	



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS SOBRESTADOS POR LEADING CASE (Art. 543-B do Código de Processo Civil)

Período de referência: Outubro/Novembro/Dezembro de 2014

Nº Tema STF	Processo	Questão Jurídica	Recursos Sobrestados TJSE	Trânsito Julgado
551	ARE-646000	Extensão de direitos concedidos aos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	32	
559	RE-614384	Convalidação, pela EC 57/2008, de desmembramento municipal realizado em desobediência ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal e suas consequências sobre execuções fiscais ajuizadas anteriormente à promulgação da citada emenda constitucional.	226	
576	ARE-683235	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	2	
612	RE-658026	Constitucionalidade de lei municipal que dispõe sobre as hipóteses de contratação temporária servidores públicos.	1	NÃO
615	RE-680089	Constitucionalidade da cobrança de ICMS, pelo Estado de destino, com base no Protocolo ICMS 21/2011 do CONFAZ, nas operações interestaduais de vendas de mercadorias a consumidor final, realizadas de forma não presencial.	11	NÃO
624	ARE-701511	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	2	
635	ARE-721001	Conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária, por aqueles que não mais podem delas usufruir, seja por conta do rompimento do vínculo com a Administração, seja pela inatividade, tendo em vista a vedação do enriquecimento sem causa pela Administração. Extensão do entendimento a outros direitos de natureza remuneratória não usufruídos no momento oportuno, a exemplo da licença-prêmio.	1	NÃO
698	RE-684612	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	2	
Total de Processos Sobrestados (STF)			1295	